

TENTAÇÕES DO BOVARISMO NACIONAL.

VAMIREH CHACON
da Universidade de Brasília.

É muito fácil crer na eternidade das riquezas, em suas formas sociais pretensamente indestrutíveis, apesar das lições da História e da advertência de Thomas Mann nos *Buddenbrooks*...

Todas as nações enfrentam seus momentos de Bovarismo. Não poderíamos ser exceção. Em nosso caso, o tamanho do território e a lenda do *Eldorado*, marcaram profundamente a imaginação brasileira desde o berço. Acostumamo-nos a superestimar nossas potencialidades, chegando mesmo a supor sua infinitude, além de projeta-las, antropomorficamente, numa atualidade que não tínhamos ainda efetuado, como se as riquezas fossem capazes de elaborar-se, sozinhas.

Os viajantes estrangeiros muito contribuíram para esta deformação, a partir do primeiro, Pero Vaz Caminha, com aquelas conversas mirabolantes sobre a exuberância da natureza brasileira. Os primeiros cronistas, ainda vinculados espiritualmente a Portugal, contemplaram o espetáculo, com assombro. Os iluministas tiveram de dedicar seu tempo ao combate pela Independência intelectual e política. Coube aos românticos o deslumbramento. Não tendo de que se orgulhar da agricultura (Castro Alves nela encontrou motivos para denunciar a escravidão), nem muito menos da indústria (incipiente, e a falência de Mauá era desanimadora), comoveram-se diante da selva, das planícies, dos rios, das montanhas. Por coincidência, o índio lá morava e nada fizera para transforma-los.

Deslumbraram-se tanto, que se sufocaram. O Ufanismo é a expressão máxima desta regurgitação. Vibrando com uma riqueza que não tinham construído, nutridos com o trabalho escravo e depois com o subpago, tranquilos na estabilidade do auge da Monarquia, os donos do Brasil sonhavam. Criaram até um novo sistema ptolomaico, com o nosso país no centro do Mundo. Quase construíram mesmo uma Teologia, sob o *slogan*: "Deus é brasileiro". Na sua falta, con-

tentaram-se com os mitos, já bastante inverossímeis: Rui, “o maior”, a Águia de Haia, indagando, arrogante: “Em que língua querem que eu fale?...” Ou Santos-Dumont, que fizera, mais uma vez, a Europa curvar-se ante o Brasil, segundo um sambinha, então muito em moda, de um tal Eduardo das Neves.

A natureza também era cúmplice do engano: sua fertilidade bastava para alimentar a pequena população até, pelo menos, a grande seca de 1877. Este fato principiou a estremecer a confiança, então inabalável do brasileiro nas infinitas bemesses do meio: um dos dogmas do Bovarismo. Euclides da Cunha contribuiu, ainda mais que Rodolfo Teófilo, para chamar a atenção das cidades para a situação real dos moradores dos sertões. Não estávamos mais diante dos idílios de Bernardo Guimarães. O Brasil começava a perceber que era pobre. O elogio de Stefan Zweig pareceu um escárnio, aos ouvidos dos que já tinham auto-crítica: está bem, o Brasil é o país do futuro; mas, o presente?...

Foi Lima Barreto quem primeiro aplicou, à nossa realidade, o conceito de “Bovarismo”, haurido no livro *Le Bovarysme*, de Jules Gaultier:

“um curioso livro que, se propondo revelar uma coisa já muito pressentida, entretanto, é duma frescura de brisa fagueira dos poetas. Estou lendo e acho lisonjeiro para mim achar nele vistas que já tinha sentido também” (1).

O Bovarismo acabou refugiando-se, cada vez mais, em círculos pequeno-burgueses; os industriais, agricultores, operários e camponeses bem que sentiam as dificuldades de um país imenso, onde as distâncias e as violências da natureza mais atrapalhavam, que ajudavam. A crescente concentração demográfica, desigualmente distribuída tanto no plano horizontal quanto no vertical, a sempre maior facilidade de comunicações por estradas, e depois pelo rádio e TV, e a diversificação de influências estrangeiras em ascensão, desejando ampliar órbitas e multiplicar aliados, tudo, enfim, foi contribuindo para aumentar a pressão de fora para dentro, no imenso território brasileiro. Passávamos a entender que o Brasil não era “o” país do futuro, po-

(1). — Nota do *Diário Intimo*, Editora Mérito, São Paulo/Rio de Janeiro, 1953, p. 59, publicação póstuma por Francisco de Assis Barbosa que, na sua biografia, *A vida de Lima Barreto (1881-1922)*, nº 70 da Coleção Documentos Brasileiros, Livr. J. Olympio Edit., Rio de Janeiro, 1952, aponta o “Antibovarismo de última fase da vida do escritor”, na sua “crítica feroz” à megalomania dos melhoramentos” apressados, dos palácios e das avenidas — o que atraía para as cidades milhares de trabalhadores rurais (artigo “Urbanismo e Roceirismo”, de 1922, citado na p. 278).

rém “*um dos*”, ao lado de muitos outros, alguns inclusive andando mais depressa que nós. Veio a frustração profunda, resvalando no derrotismo: não podíamos suportar a derrubada dos nossos mitos queridos. O tempo foi cicatrizando as feridas do amor próprio iludido. E começou a nascer, pouco a pouco, uma consciência crítica, ainda hoje inconclusa. Até aí se percorreu um longo itinerário.

É de admirar que o Brasil tenha resistido.

Muitos sucumbiram, no ambiente criado.

Daí o Bovarismo, pelo avesso.

Nelson Werneck Sodré mostrou a insistência no libelo contra o próprio Brasil, acusado repetidamente de mimetismo, em Tobias Barreto, Sílvio Romero, Tavares Bastos, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Gilberto Amado, e em inúmeros outros (2). O que chegava a ser patológico, sem abandonar o Bovarismo ufanista que pretendia combater: afinal de contas, o Brasil imitava, porque não tinha ainda condições para comportar-se doutro modo, e críticos, deste teor, não o ajudavam muito a criá-las. Werneck Sodré definiu-os muito bem como a “literatura do preconceito”. Preconceito, no final das contas, contra si próprios. Em favor de que? Praticamente de nada, num impasse.

Guerreiro Ramos esclareceu o assunto, em poucas e incisivas palavras:

“... a transplantação foi um acidente inevitável da formação brasileira, um acidente normal e não patológico em todos os contextos coloniais. Rigorosamente, durante o período em que o Brasil foi colônia de Portugal as transplantações obedeciam e serviam a um propósito pragmático e historicamente positivo. Graças a elas saltamos várias etapas de desenvolvimento, um território sobre o qual se distribuíam várias tribos na idade da pedra lascada passou de repente para o plano da história européia. Não seria através do mero crescimento ve-

(2). — *História da Literatura brasileira (Seus fundamentos econômicos)*, Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro 1960, págs. 432-433; Werneck Sodré diagnostica a origem da “literatura dos preconceitos” no que chama “ideologia do Colonialismo” (pág. 444); Vide também *A ideologia do Colonialismo (Seus reflexos no pensamento brasileiro)*, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, 1961, onde estuda, em especial, Azevedo Couincho, José de Alencar, Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Viana. Roland Corbisier também se preocupa com o assunto na sua *Formação e problema da Cultura brasileira*, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, 1958.

getativo que isto poderia ocorrer. A transplantação foi um expediente historicamente necessário para que se tornasse possível, a seu tempo, a nação brasileira” (3).

Daí que não me incorpore à “literatura pejorativa” do libelo contra o pecado do Barroquismo. Esta deformação nos permitiu entrar no Mundo barroco da Revolução Comercial, embora de maneira míope, como foi acontecer com todos os colonizados. À medida que o tempo passava, íamos aprendendo a escolher os antídotos — O Iluminismo, o Liberalismo, o Evolucionismo — embora quase sempre, desajeitadamente, como acontece também com os autodidatas. Ao longo deste doloroso processo, fomos aprendendo, e ainda não terminamos nosso ordálio. Precisamos suportá-lo numa linha ascendente crítico-assimilativa, segundo ainda Guerreiro Ramos define em felizes palavras, até deixarmos de ser objeto, e tornamo-nos sujeito da História mundial.

O motivo fundamental daquele derrotismo originava-se na construção de arquétipos imaginários do que deveria ser o Brasil, segundo os sonhos e condicionamento sociais de cada escritor. Nesta projeção, havia muito *wishful thinking* frustrado, e facilmente explicável numa perspectiva de Sociologia do Conhecimento. Ora o mulato pobre e refugado pelo meio medíocre, como Tobias Barreto; ora o provinciano hepático e ansioso de afirmação, ao modo de Sílvio Romero; ora o intelectual urbano em estado de choque diante de uma realidade rural, no caso de Euclides; ou o liberal decepcionado do tipo de Tavares Bastos; o republicano frustrado do porte de Alberto Torres, etc.

Claro que a motivação da “literatura pejorativa” não se esgota no subjetivo, nem muito menos, no pejorativo. Há muita coisa válida, penetrante, até mesmo profética, nas suas intuições e generalizações, porem elas sofriam, quase sempre, de um simplismo impressionista desesperador, desembocando, quase invariavelmente, no derrotismo.

Uma atitude, porem, acaba salvando-os: todos eles eram profundamente brasileiros; compreendiam que, acusando o Brasil, estavam, no final das contas, recriminando-se também a si próprios. Daí que sofriam, admitindo implicitamente uma responsabilidade. Sua análise não era, portanto, impessoalmente destrutiva, ou a serviço de interesses estrangeiros em desmoralizar o Brasil, para melhor o usarem. Ao modo da geração espanhola de 98, aqueles brasileiros poderiam dizer:

(3). — “O tema da transplantação e as enteléquias na interpretação sociológica do Brasil”, na revista *Serviço Social*, Ano XIV, Nº 74, São Paulo, 1954, pág. 75; tb. cit. por Werneck Sodré, *ob. cit.*, pág. 444,

doi-nos o Brasil. Não eram indiferentes ao seu drama, ao contrário da maioria bovaristamente contemplativa. Limitando-se a sofrer, representavam uma face das limitações totais do Brasil. Era difícil pesquisar as causas, diagnosticar os males, sugerir terapias. Só o amadurecimento do país conseguiria efetua-los, o que tomava tempo, no qual estes críticos, mesmo amargos, se inseriam. Pena que eles não tivessem ainda condições para entender, na sua plenitude, o significado da proposta orteguiana de salvar a circunstância, para poder salvar o protagonista.

Ao lado dos pessimistas, mesmo geniais, já havia analistas mais objetivos, embora sem tantas iluminações. Era o caso de Antônio Pedro de Figueiredo — cujas críticas ao latifúndio e à monocultura, por exemplo, se destacavam entre as dos seus contemporâneos *quarante-huitards* mais exaltados; era também o de Mauá, mais prático que teórico, embora com o espírito sempre tão lúcido; o de Nabuco — sem deixar perder-se na euforia olímpica do triunfo abolicionista, antes preferindo os caminhos sociais para completar a obra da emancipação dos escravos; o do Barão de Rio Branco, preferindo um pássaro nas mãos, fixando nossas fronteiras, que dois ou mais voando, apenas emocionais nos ataques contra os anglo-saxônicos, já então atuantes no Brasil. Enfim, era o caso, mais discreto, de intelectuais médios, do porte de Vicente Licínio Cardoso, compensando com a objetividade imediata, a possível ausência de visões de águia.

E enquanto as elites chegavam às suas conclusões, as massas, mais modestamente, atingiam também as suas, embora com repercussões tão grandes, ou maiores, que as das classes dirigentes, com frequência defasadas.

O Barão d'Anthouard deixou registrado que as horas de trabalho do operário brasileiro oscilavam entre oito e doze, estando a média em torno de nove ou dez. As mulheres ganhavam a metade dos salários dos homens e as crianças quase um terço. E detem-se aí, na sua descrição (4). Pena que não a tenha prosseguido, deixando-nos sem um relato mais profundo do início da nossa Revolução Industrial, cujas misérias na Europa e Estados Unidos foram fartamente documentadas.

As poucas greves, sob a Monarquia, multiplicaram-se na República. Logo em 1891, rebentou a dos ferroviários da Central, imobilizando o tráfego; em 1900, a dos estivadores e dos sapateiros. No ano seguinte a dos trabalhadores da fábrica Tabacow, e de Diodatto Leume & Cia, reclamando alugueres atrasados. Em seguida a dos

(4). — *Le progrès brésilien*, (*La participation de la France*), Librairie Plon, Paris, 1911, pág. 151.

trabalhadores de pedreiras, acrescentando a reivindicação de horários fixos. Em 1903 estourou a maior de todas, até então, a dos têxteis, parando 25.000 operários durante 20 dias, pedindo a redução da jornada de trabalho para 9 horas e meia. Derrotada. Nova tentativa no ano seguinte, com êxito. Em 1905, greve dos ferroviários paulistas. Em 1906, a primeira greve geral em Porto Alegre; em 1907, pedreiros, gráficos e metalúrgicos bastavam ameaça-la, para conseguirem a jornada de 9 horas. Em 1917, 18 e 19, o Brasil foi sacudido por uma tremenda onda de greves; a primeira de Pernambuco, em 1919. Eram as repercussões da Revolução Russa, chegando ao nosso país. A de 1905 também ecoara entre nós, principalmente em São Paulo, onde as manifestações de dezessete ligas operárias viram-se cercadas pela Polícia. Era perigoso comemorar até o 1.º de maio: nas suas vésperas, em 1894, a Polícia paulista prendia nove operários italianos, e vários brasileiros, que preparavam seu programa (5).

As ideologias mais confusas e contraditórias animavam este ativismo: anarco-sindicalistas, tolstoianos, adeptos de Ferri, precediam os marxistas. Em 1919, a revista *Spartacus* — em memória de Karl Liebknecht e de Rosa Luxemburg — publicava o primeiro longo estudo de Lenin no Brasil: *A democracia burguesa e a ditadura do proletariado* (Tese apresentada ao I Congresso do Komintern, em marco daquele ano).

Desde, pelo menos, 1883, que se discutia Marx no Brasil, e coube a Tobias Barreto iniciar o debate, em discurso na colação de grau dos bachareis, embora não chegasse a tornar-se um marxista, nem mesmo um socialista (6). Com o tempo, os grupos marxistizantes assumiram a liderança, ou, no mínimo, a inspiração do movimento operário.

Olhando o fenômeno numa perspectiva objetiva, pode-se constatar que estas agitações fermentaram e prepararam o advento das reformas, mesmo parciais. Raríssimos os patrões do tipo de Carlos Alberto Menezes que, sob o influxo das idéias de Leão XIII, Owen, León Harmel e La Tour du Pin, iniciara na sua tecelagem de Camaragibe, no Pernambuco de fins do século passado, uma Corporação de Operários, que assegurava aposentadoria, férias remuneradas, seguros contra acidente de trabalho, tratamento médico e cooperativa de consumo, para os seus associados. Tudo pago, metade por metade,

(5). — Vide Hermínio Linhares, "As greves operárias no Brasil durante o primeiro quartel do século XX", in *Estudos Sociais*, Nº 2, Rio de Janeiro, julho-agosto, 1958, e *História das idéias Socialistas no Brasil*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.

(6). — Comprovei-o na minha *História das Idéias Socialistas no Brasil* ob. cit., p. 265.

por patrões e empregados. Experiência original, no Brasil, e ainda hoje à espera de um historiador.

A maior parte imaginava mesmo que a Questão Social fosse “um caso de Polícia”, conforme frase que ficou célebre. Quando as tensões atingiam um grau muito alto, as classes dirigentes intervinham com um esquema “conciliador”, onde os mais fracos acabavam perdendo sempre. A mentalidade eclética dominante facilitava as “soluções” de compromisso, que visavam, no final das contas, enfraquecer a resistência dos oprimidos (7).

Até que se ergueu o grito, “Façamos a revolução antes que o Povo a faça”, na realidade pronunciado, pela primeira vez, por Silva Jardim, no seu *Compendio de theoria e apresentações políticas destinado à propaganda republicana*, nas vésperas de 1889, sob a epígrafe:

“Façamos a República para evitar quanto possível a Revolução e, a todo o transe, a continuação da Anarquia”.

Era mais uma vez, a ilusão de Reforma, ou Revolução, sem participação ativa do Povo, apenas com o seu consentimento, de cima para baixo. Isto explica o comportamento de muitos estadistas, da República “velha” porem abertos às transformações sócio-econômicas do país, ao modo de Getúlio Vargas, egresso do Positivismo castilhistas, e da sua pregação da ditadura republicana e científica.

Só na medida em que os quadros dirigentes do Brasil forem capazes de participar do processo histórico, e de interpreta-lo, será possível uma crescente consciência crítica, em fecundo diálogo com o Desenvolvimento global do país, de que é, dialeticamente, efeito e causa.

(7). — José Honório Rodrigues demonstra-o, em *Conciliação e reforma no Brasil (Um desafio histórico-político)*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.